

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.496.804 - RJ
(2019/0124604-1)**

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
AGRAVANTE : RICARDO GUILHERME DE VASCONCELLOS
ADVOGADO : WASHINGTON LUIS DA CONCEICAO CARVALHO -
RJ182038
AGRAVADO : UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interno interposto por **Ricardo Guilherme de Vasconcellos**, desafiando decisão da Presidência desta Corte, que não conheceu do agravo em recurso especial com base na aplicação da Súmula 182/STJ (fls. 342/343).

Em suas razões, a parte agravante alega que, *"como se vê, pois, o fundamento utilizado pelo STJ para aplicar o verbete n.º 83 de sua Súmula como óbice ao conhecimento dos recursos especiais em que se alega contrariedade ou negativa de vigência a tratado ou lei federal pode ser resumido na alegada ausência de interesse de agir do recorrente, ocasionada pela anterior interpretação daquele Tribunal quanto ao sentido da norma federal tida por contrariada. Sobre a falta de interesse de agir e sua inadequação para justificar a incidência do verbete n.º 83 aos recursos especiais da alínea "a", temos: [...] A invocação da SÚMULA Nº 83 DO STJ VIOLA o devido processo legal, por retirar das partes a via dos embargos de divergência, do recurso extraordinário e de eventual ação rescisória. Estranha, portanto, a conduta do STJ em, utilizando o enunciado n.º 83 de sua Súmula, revogar tacitamente a hipótese de cabimento recursal da alínea "a" do permissivo constitucional e não conhecer do recurso especial em que se alega contrariedade ou negativa de vigência a tratado ou lei federal, com base apenas na anterior interpretação da norma lei federal tida por contrariada. A APLICAÇÃO DO ENUNCIADO N.º 83/STJ AO RECURSO ESPECIAL DA ALÍNEA "A" DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL VIOLA DIRETAMENTE, POR SI SÓ, O ART. 105, III, "A", DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL."* (fls. 355/357).

Ante as razões aduzidas, dou provimento ao agravo interno para reconsiderar a decisão de fls. 342/343.

Após, voltem-me os autos conclusos para nova apreciação do agravo em

Superior Tribunal de Justiça

recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator

